



**CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
BETIM**

**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Ref.** Projeto de Lei 238/2021 de autoria do Vereador **CLAUDIO FERNANDES (CLAUDINHO)**.

**RELATÓRIO: DISPÕE SOBRE OFERECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR NO PERÍODO DE FÉRIAS PARA ALUNOS CARENTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE BETIM E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**FUNDAMENTAÇÃO:** A tarefa de administrar o Município, a cargo do Executivo, engloba as atividades de planejamento e organização dos serviços públicos, o que abrange a adoção de medidas administrativas como as do projeto ora proposto.

Nos entes políticos da Federação, o chefe do Poder Executivo é titular legítimo da iniciativa no que se refere a organização e atividade administrativa, conforme dispõe o inciso XV do Art. 101 da Lei Orgânica do Município, a saber:

"Art. 101 – Compete privativamente ao Prefeito:

I - .....

XV – dispor, na forma da Lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo".

Também a Constituição Federal, em seu Art. 61, parágrafo 1º, inciso II, alínea "b", dispõe que são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo as Leis que disponham sobre a organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração.

Denota-se que no projeto de Lei em análise, não foram observadas as regras previstas em relação à iniciativa. O mesmo cria obrigações para o Executivo Municipal, usurpando a competência privativa do Prefeito e gera alterações orçamentárias.

O Legislativo não pode subtrair do Executivo o exame da conveniência e oportunidade para instituir o ato, nem tão pouco fixar regras para sua execução.

